

Economia Social e Solidária e Cooperação Sul-Sul e Triangular na América Latina e Caribe: contribuições para o desenvolvimento inclusivo e sustentável

Leandro Pereira Morais ¹

Introdução e contextualização

A Economia Social e Solidária é um fenômeno que tem ganhado crescente visibilidade econômica, social e política nos últimos tempos. Atualmente, em vários países, sob diferentes denominações, constata-se o crescimento de iniciativas de produção e de prestação de serviços sociais e pessoais, organizados com base na livre associação e nos princípios de cooperação e autogestão. Para Faria & Sanchez (2011, p. 413), a Economia Social e Solidária “*ganhou grande expressão e espaço social nas últimas décadas, dando azo a um vasto campo de experiências e iniciativas de produção e reprodução dos meios de vida*”, com base na propriedade coletiva dos meios de produção, na autogestão, na solidariedade e no coletivismo².

De fato, a presença e a progressiva amplitude deste campo de práticas³ suscitaram programas e ações, de variadas organizações dos setores público e privado, no sentido de promovê-las como opção de trabalho, emprego e renda (Schiochet, 2011). É, portanto, um tema relevante e pertinente, sobretudo nestes tempos em que pairam a incerteza e a nebulosidade no ambiente econômico global.

Para se ter uma ideia, segundo o estudo “*Perspectivas Econômicas da América Latina 2014: logística e competitividade para o desenvolvimento*” (OCDE, CEPAL, CAF, 2013)⁴, as condições macroeconômicas se encontram menos favoráveis para a região,

¹ Economista, Professor Doutor de Economia da PUCCAMPINAS e FACAMP, Campinas, SP, Brasil. Consultor Externo da OIT e do Instituto Polis.

² Na visão dos autores: “esse desenvolvimento recente foi impulsionado pelas crises do capitalismo, vivenciada de forma desigual e combinada tanto no centro como na periferia do sistema e que afetou, com intensidade e ritmos diferenciados, o conjunto da classe trabalhadora com o crescimento do desemprego, do trabalho precário e ataques aos direitos sociais e trabalhistas arduamente conquistados. Nesta conjuntura, a ‘economia solidária’ apresentou-se como alternativa a partir de um conjunto de experiências isoladas, mas que confluíram para articulações nacionais, iniciativas de formação de redes e cadeias produtivas, associações de segundo grau, entidades de representação e políticas públicas nas três esferas do governo” (Faria & Sanchez, 2011, p. 413).

³ Campo de práticas econômicas concretas, tais como a ocupação de fábricas fechadas por trabalhadores desempregados, que ativam a sua produção por meio da organização coletiva e autogestionária; organização de cooperativas de crédito, de produção e de serviços pelos agricultores familiares e assentados da reforma agrária; organização coletiva de grupos de produção, compras coletivas, fundos rotativos solidários, crédito solidário pelas comunidades urbanas e rurais; organização de atividades de coleta e reciclagem por meio de associações e cooperativas pelos antes “catadores de lixo” e, atualmente, “agentes recicladores” etc.

⁴ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL); Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF),

tendo em vista o fato de que, após uma década de crescimento sólido (2000-2010), as perspectivas econômicas atuais para a América Latina e Caribe apresentam um maior grau de complexidades em consequência de três fatores: a) redução do nível comercial global; b) moderação do preço das matérias-primas (*commodities*) e c) incertezas em relação às condições financeiras e monetárias globais. Tais fatores decorrem do baixo crescimento na zona do euro, do menor dinamismo da economia chinesa e do impacto de uma possível alteração da política monetária americana⁵.

Por outro lado, as recentes transformações nas economias emergentes (BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), principalmente na China - que apresentou, ao longo das duas últimas décadas, intenso crescimento econômico e forte demanda por recursos naturais – significou um suporte ao crescimento de diversos países na América Latina e Caribe. Para se ter uma ideia destas transformações, basta verificar que, em 2000, o peso relativo das economias não pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – era de 40% do PIB mundial, ao passo que, em 2010, esta cifra passou para 49%, prevendo-se que alcance 57% em 2030⁶. De forma similar, os fluxos comerciais e financeiros também registraram uma participação entre as economias emergentes. Dados desta mesma fonte mostram que o intercâmbio comercial Sul-Sul passou de 25% do comércio mundial em 1990 para 41% em 2011 (OCDE, CEPAL, CAF, 2013).

No entanto, apesar de tais transformações, a região ainda carece de uma inserção na economia internacional que fomente um crescimento mais inclusivo e um modelo de desenvolvimento mais sustentável, com melhorias sólidas na infraestrutura e nos recursos humanos. Ou seja, a despeito do crescimento econômico observado, sobretudo na última década, a região ainda apresenta um quadro estrutural de dependência dos países mais avançados, em termos tecnológicos, produtivos e financeiros.

Inclusive, na região, é fundamental discutir possibilidades de geração de trabalho, emprego e renda para os jovens, tendo em conta, por exemplo, o aumento do que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera como a “**geração NiNi**” (jovens que nem estudam e nem trabalham⁷). De acordo com o estudo da OIT (2013), intitulado “*Tendências mundiais do emprego juvenil 2013*”⁸, apesar dos avanços econômicos registrados na região nos últimos anos, a juventude (sobretudo as mulheres) não tem sido beneficiada. Segundo a instituição, a desocupação de pessoas entre 15 a 24 anos poderá aumentar na América Latina e Caribe ao longo dos próximos cinco anos; fato este que representa um “risco de exclusão social e laboral”.

2013. Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/ocd/development/perspectivas-economicas-de-america-latina-2014/resumen-ejecutivo_leo-2014-5-es#page1

⁵ Inclusive, esta última já anunciada em ata do banco central americano em janeiro de 2014.

⁶ Informações disponíveis no já mencionado Documento: “*Perspectivas Econômicas de América Latina 2014: logística e competitividade para o desenvolvimento*”.

⁷ Em referência ao termo usado para caracterizar a crise espanhola e uma de suas principais consequências nefastas: a falta de perspectiva do jovem em relação ao mercado de trabalho e obtenção do primeiro emprego.

⁸ Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_222658.pdf

Adicionalmente, do ponto de vista socioeconômico, o estudo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL, 2012), intitulado “*Mudança estrutural para a igualdade: uma visão integrada de desenvolvimento*”⁹ nos traz questões essenciais para discutir a situação da região. De acordo com o estudo, ainda é necessário avançar na geração de empregos de melhor qualidade, com melhores salários e proteção social: “*o mercado de trabalho e sua institucionalidade são o espaço de conexão entre a heterogeneidade da estrutura produtiva e a conhecida desigualdade de renda na região. O acesso ao emprego e à renda do trabalho são os determinantes fundamentais da desigualdade de renda*” (CEPAL, 2012, p. 219).

Nos últimos anos, na maioria dos países da região, a desigualdade de renda diminuiu, como reflexo de motivações políticas derivadas de demandas dos cidadãos por maior igualdade e também por fatores socioeconômicos como os programas de transferência de renda e a dinâmica do mercado de trabalho, inclusive com o acréscimo do salário mínimo¹⁰. No entanto, este estudo em menção aponta para a necessidade de “mudanças estruturais”, o que significa a elaboração de políticas a partir de uma “visão integrada de desenvolvimento”.

Quadro 1 – Políticas para uma visão integrada de desenvolvimento

A mudança estrutural para a igualdade é uma visão integrada de longo prazo, em que a política tem o papel de priorizar, orientar e concertar, e em que o desenvolvimento de instituições democráticas e eficientes é a ponte entre a visão política e sua efetiva instrumentalização. Esta visão é fomentada por uma genuína perspectiva de longo prazo orientada para as gerações futuras para o exercício pleno de seus direitos e de suas potencialidades. Para a CEPAL, o emprego é a principal via para a inclusão social e para a garantia de direitos e de níveis satisfatórios de bem estar social. (CEPAL, 2012).

Em se tratando de políticas com base em uma visão integrada de desenvolvimento inclusivo e sustentável, deve-se levar em conta determinados aspectos para a construção de políticas econômicas e sociais condizentes aos objetivos de desenvolvimento da região. Trata-se, portanto, do desenvolvimento “endógeno”, assentado na cooperação, na aprendizagem, nos conhecimentos tácitos, nas culturas técnicas específicas e nas inter-relações sinérgicas (Ortega, 2008). A ideia do desenvolvimento endógeno baseia-se na visão que os sistemas produtivos consistem em um conjunto de fatores materiais e imateriais que permitem que as economias locais e regionais adotem caminhos para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. As trajetórias a serem seguidas por essas economias dependem tanto dos recursos internos como de sua adaptação e/ou aproveitamento dos estímulos das políticas a nível macroeconômico, regional, industrial e demais políticas setoriais, além das políticas sociais.

⁹ Disponível em: http://www.eclac.org/pses34/noticias/documentosdetrabajo/4/47424/2012-SES-34-Cambio_estructural.pdf

¹⁰ Como exemplo, cita-se o caso brasileiro, que, em 2014, registrou um aumento de cerca de 7% em relação ao valor de 2013. O salário mínimo, de R\$ 724 (cerca de US\$ 360), ainda que relativamente reduzido quando comparado a outros países, é fruto de uma política de incremento gradual do salário mínimo nacional iniciada em 2002.

Nesta perspectiva, ao se referir a uma visão integrada de desenvolvimento, há que considerar a importância das seguintes dimensões: a) econômica: relacionada com a criação, acumulação e distribuição da riqueza; b) social e cultural: implica qualidade de vida, equidade e integração social; c) ambiental: se refere aos recursos naturais e a sustentabilidade dos modelos de médio e longo prazo e d) política: trata-se de aspectos relacionados com a governança territorial, bem como ao projeto coletivo e sustentável.

Além do que, conforme nos sugere a CEPAL (2012), uma visão integrada que se constitui a partir destas propostas de longo alcance requer atores que, de fato, participem, se comprometam e auxiliem na coordenação do processo. Ou seja, é fundamental a ampla participação dos atores sociais envolvidos na construção do projeto de desenvolvimento de seus respectivos territórios e regiões.

Na prática, este “*novo*” fundamento de atuação para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, tem como base, a inter-relação de, principalmente, três frentes de atuação: a) setoriais: objetivando melhoras permanentes da eficiência e da produtividade dos setores produtivos, a partir de ações para a qualificação, a formação, as inovações tecnológicas, etc.; b) territoriais: formas de administrar e gerir os recursos endógenos (mão - de - obra, recursos naturais e infraestrutura), visando a criação de um local favorável e c) meio ambientais: a partir de ações para conservação dos recursos naturais e do respeito pela ecologia, tida como valor estratégico em questões de desenvolvimento de localidades.

A relação entre políticas integradas de desenvolvimento com a necessidade de maior participação social encontra espaço de atuação no campo da Economia Social e Solidária, visto que ela apresenta um caráter transversal, ou seja, pode mobilizar diferentes áreas da ação pública e social, uma vez que pode contemplar, em suas ações, objetivos econômicos (geração de trabalho e renda), sociais (melhora das condições de sociabilidade e fortalecimento dos laços territoriais), políticos (criação de espaços públicos para analisar, discutir e resolver problemas), culturais (novos padrões de produção e de consumo) e ambientais (reeducação ambiental em prol da sustentabilidade).

Este artigo tem como objetivo discutir estas questões, bem como apresentar a Cooperação Sul-Sul como possibilidade de fortalecimento das experiências de Economia Social e Solidária na América Latina e Caribe. Nesse sentido, o trabalho se estrutura da seguinte forma: após esta introdução, o tópico 1 discutirá a contribuição da Economia Social e Solidária para o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Posteriormente, o tópico 2 tratará de alguns aspectos teórico-conceituais da Economia Social e Solidária na América Latina e Caribe, a partir de quatro autores de referência na região. Em seguida, no tópico 3, serão apresentadas algumas experiências, bem como algumas redes de Economia Social e Solidária. Por fim, no tópico 4, este trabalho discutirá a relação harmoniosa e necessária existente entre a Cooperação Sul-Sul e a Economia Social e Solidária.

1. Economia Social e Solidária e a sua contribuição para uma visão integrada de desenvolvimento

Conforme já enunciado anteriormente, a Economia Social e Solidária permite, na *práxis*, pensar em ações que contemplam os aspectos constitutivos da visão

integrada de desenvolvimento, no caminho para um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Eis o que Morais (2013) apontou como o caráter “transversal” da Economia Social e Solidária. Em outros termos, a Economia Social e Solidária não diz respeito apenas a um problema econômico, pois pode envolver também outras questões tais como a sociabilidade nos territórios, a participação política das pessoas, o grau de organização associativa, a preservação ambiental, a afirmação de identidades culturais, etc. Tal fato é também apontado por Souza (2012), que defende o caráter “*multidimensional*” e “*multiterritorial*” das ações no campo da Economia Social e Solidária.

Quadro 2 – Economia Social e Solidária e sua transversalidade

“(…) conceitualmente, em Economia Social e Solidária, a economia, entendida como as atividades associadas ao trabalho, torna-se um meio para a realização de outros objetivos não-econômicos: como objetivos sociais, através da melhoria das condições de sociabilidade entre as pessoas, bem como o fortalecimento dos seus vínculos no território; ou objetivos políticos, através da consideração desses espaços de organização socioprodutivos como também espaços públicos em que os indivíduos discutem seus problemas comuns ligados às condições de vida no bairro, por exemplo, encaminhando soluções até sob forma de iniciativas econômicas visando resolver problemas públicos concretos. Além disto, trata-se de iniciativas políticas também no sentido em que os empreendimentos são pensados como formas associativas, incitando uma dinâmica de ação pública que se combina àquelas ações mais socioprodutivas. Além do social e político, as iniciativas de Economia Social e Solidária podem também mobilizar uma dimensão cultural e ambiental forte ao investir em iniciativas que contribuem para o resgate e a afirmação de identidades culturais territoriais e preservação do meio ambiente” (França Filho, 2006, p. 43).

Ainda em se referindo a este autor, é neste sentido que os projetos de Economia Social e Solidária podem e são empreendidos em diferentes secretarias de governo, uma vez que envolvem diferentes temáticas, como por exemplo, educação ambiental, transporte, lazer, habitação, segurança alimentar, etc. Esta “*vocação de transversalidade*” exige, portanto, uma “*complexidade*” no seu tratamento.

Quadro 3 – A transversalidade da Economia Social e Solidária na prática

Segundo estudo da Confederação das Entidades para a Economia Social (CEPES, 2011)¹¹, que analisou 47 programas e projetos executados em 27 países (dentre eles, países da Europa, da África do Norte e da América Latina):

“a ação da Economia Social e Solidária não se limita a abordar aspectos relativos ao crescimento econômico. O impacto das atividades da Economia Social e Solidária tem um caráter transversal, gerando projetos com impacto em vários setores, como a governabilidade democrática; os serviços sociais básicos de educação, saúde, cultura e desenvolvimento; desenvolvimento rural e luta contra a fome, ademais de tratar de temas como a sustentabilidade ambiental, a ciência, a tecnologia e a inovação para o desenvolvimento humano” (p.15).

¹¹ Confederação das Entidades para a Economia Social (CEPES). *Informe: La Economía Social española en la cooperación al desarrollo*. Espanha, 2011.

Nesse sentido, por ser uma política de desenvolvimento e voltar-se, em grande medida, para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliada a sua condição de pobreza e de exclusão social, a Economia Social e Solidária demanda não somente ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto propulsor da emancipação e da sustentabilidade¹².

No entanto, na realidade atual, este caráter de transversalidade nos parece que ainda não é plenamente aproveitado tendo em vista o desafio de uma maior articulação entre os organismos do governo, em seus diferentes níveis, o que revela a necessidade de se avançar nesta direção, se, de fato, há o intuito de se pensar o desenvolvimento em seu sentido integrado.

Nesta perspectiva, acredita-se que a Economia Social e Solidária, bem como suas ações e desdobramentos, apontam para novos caminhos e para oportunidades efetivas de construção de novas formas de articulação de experiências inovadoras (algumas já em curso) de desenvolvimento em âmbitos local, territorial, regional e nacional (Morais, Borges e Bacic, 2010).

Entretanto, será necessário fortalecer novos modos de gestão das políticas públicas, bem como de sua relação com os atores envolvidos, no sentido de adquirirem maior transparência, participação popular e democrática, além da capacidade de adoção de ações combinadas e articuladas de geração de trabalho e renda com iniciativas que permitam impactar questões habitacionais, de infraestrutura urbana e rural, passando por medidas de saúde familiar, de elevação da escolaridade e da cultura, além do enfrentamento da pobreza, da exclusão e da desigualdade.

Com o intuito de conhecer melhor tais potencialidades, torna-se necessário abordar aspectos conceituais e práticos relacionados com a Economia Social e Solidária na América Latina e Caribe, visto que, na região, há certas especificidades neste campo de atuação, bem como, posteriormente, conhecer como a contribuição Sul-Sul pode fortalecer tais experiências, na direção da construção regional da visão integrada de desenvolvimento.

2. Economia Social e Solidária na América Latina e Caribe: breves contribuições teórico-conceituais

Antes de expor as contribuições dos principais autores que trataram o tema na América Latina e Caribe, é preciso ter em mente que *“a difusão das experiências de Economia Social e Solidária não pode ser pensada sem o cuidado de inseri-las no quadro do conjunto de transformações que vêm reconfigurando o social”* (Leite, 2008, p. 2). Ou seja, o fenômeno do desemprego, bem como a desestruturação do mercado de trabalho, iniciados com a crise iniciada nos anos 1980 e aprofundada em 1990, e a necessidade de sobrevivência por parte daqueles que perderam seus empregos e que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho e/ou daqueles que estavam na informalidade.

¹² Para uma visualização prática desta questão, sugere-se assistir ao vídeo que retrata a experiência da *Cadeia Solidária Binacional do PET*, entre Brasil e Uruguai, no link: https://www.youtube.com/watch?v=Nf_e8uBz-YI

Na região, também marcada por contradições e pela falta de consenso sobre o conceito e a delimitação da Economia Social e Solidária, as experiências deste “setor” se associam à resposta à crise social e do trabalho, bem como servem de instrumento para a transformação social.

É nesta região que, juntamente com a França, alguns estudiosos alegam a existência do termo “*economia solidária*”. Poirier (2010) afirma que “*após consultar diferentes fontes, crê que o conceito foi usado pela primeira vez na América do Sul e na França, mais ou menos ao mesmo tempo, em 1985 ou 1986*” (p.2).

Dentre os autores que tratam o tema na região, utilizaremos neste artigo quatro autores de reconhecida importância: Coraggio, Razeto, Quijano, e Singer.

O primeiro é o argentino **José Luis Coraggio** que descreveu três tipos de economia: empresarial, pública e popular. A partir desta classificação, ele propõe que a economia “*popular*” se desenvolva até atingir uma “*economia do trabalho*”, portadora de responsabilidades coletivas. Como forma de construir a economia do trabalho a partir da economia popular, o autor propugna a tese dos **valores da solidariedade** e da **reciprocidade de baixo para cima**, a partir de iniciativas locais. No entanto, o autor reconhece a necessidade de trabalhar questões de macro e micro escalas, como a participação política e as decisões econômicas mais gerais, ligadas ao mercado e à competitividade (Coraggio, 2000).

Para este autor, a economia popular também contempla atividades não econômicas, ou seja, que não buscam atividades de produção ou consumo de bens e serviços, mas que levam em conta fatores relacionados à reprodução ampliada da vida, tais como atividades educacionais, culturais e de lazer. Em sua visão, estão contemplados neste setor “*empreendimentos que não só produzem mercadorias, mas também que produzem sociedade ou o social (formas sociais, instituições, comportamentos)*” (Coraggio, 2000, p. 102).

O seu ideal de desenvolvimento, na órbita da economia popular e do trabalho, não se direciona à transformação radical do sistema capitalista, mas assume-se como portador de forte papel redistribuidor, embora reconheça a possibilidade, mesmo que remota, de uma “*outra economia*”. O papel redistribuidor refere-se à possibilidade de satisfazer parte das necessidades sociais das maiorias locais, inclusive com capacidade de geração de ocupações profissionais e receitas monetárias necessárias à sustentação e ampliação de suas “*bases de interdependência*”.

Para tal, a construção desta organicidade “*requer que se invistam energias importantes no desenvolvimento, na consolidação e na alimentação de redes que se articulem, comuniquem e dinamizem a multiplicidade de empreendimentos e micro – redes populares*” (Coraggio, 2003, p. 66). Ou seja, é fundamental a ação sócio-política, baseada em programas audaciosos e responsáveis capazes de transformar a economia dos setores populares num sistema de economia do trabalho.

Na visão de Coraggio (1997, p. 38) a pretensão de se atingir todas essas mudanças supõe um “*projeto político cultural e um amplo movimento que o sustente de maneira congruente na cena política e nas buscas coletivas de resolução dos problemas urgentes de cada localidade ou grupo, articulando os esforços de desenvolvimento local no interior de uma perspectiva macrosocial de desenvolvimento*”. Ao defender a necessidade de uma maior coesão social, Coraggio entende este projeto de

transformação como possibilidade alternativa efetiva não apenas ao desemprego e à precarização do trabalho, mas também ao atual projeto de desenvolvimento, pouco inclusivo e sustentável.

O segundo autor é o chileno **Luis Razeto**. Este autor defende a ideia de uma “*economia da solidariedade*” como um projeto civilizatório. Ou seja, mais do que apresentar uma análise científica, o autor apresenta um projeto de sociedade. Na sua visão, face à crise da civilização moderna, a **economia da solidariedade** significaria “*uma busca por uma nova estrutura de sociedade que seja capaz de constituir uma nova relação estrutural entre economia, política e cultura, em que a solidariedade seja o elemento ético fundador e preponderante*” (Razeto, 1997, p. 35).

Razeto (1997), ao pensar as formas de sobrevivência frente à crise e à falta de oportunidades e de renda, elaborou uma tipologia com base em formas de atuação individuais, familiares e associativas. No que se refere às formas associativas, o autor cunhou o termo “*organizações econômicas populares*” para designar atividades e iniciativas orientadas às necessidades integrais (econômicas e não econômicas) dos membros do grupo, de modo a propiciar uma “consciência de solidariedade”. Tais organizações funcionariam como pequenas unidades de produção e comercialização de bens e serviços; organizações de desempregados que funcionariam como agências de emprego; organizações para obtenção e preparação de alimentos e outros recursos básicos (cozinhas comunitárias e comitês de abastecimento); organizações dedicadas a questões habitacionais e organizações de serviços educacionais, de saúde e de lazer, entre outras.

Estas organizações, além de solucionarem os problemas de “reprodução da vida”, deveriam incorporar dimensões políticas, de modo a vincular a economia da solidariedade às formas coletivas de luta por transformações sociais, por direitos humanos e por questões ecológicas, propondo um “*desenvolvimento alternativo*”. Segundo Razeto, seria fundamental a construção de uma “*nova ética*” e de uma “*nova sociedade*” que se constituiria a partir dela. Os caminhos, defende ele, dependem, fundamentalmente, dos atores serem capazes de “*articular suas utopias*” em torno de um projeto civilizatório alternativo, que dê conta de uma mudança estrutural de “*baixo pra cima*”.

O peruano **Anibal Quijano**, terceiro expoente latino-americano sobre o tema, também forneceu importantes contribuições para se pensar a Economia Social e Solidária na região. Este autor foi um dos responsáveis por tratar, na década de 1960, a questão da “*marginalidade*” dentro das ciências sociais. Em suas análises e estudos, dois conceitos são fundamentais: o de “*reciprocidade*” (estabelecimento de relações econômicas fora do mercado e entre os sujeitos socialmente iguais) e o de “*comunidade*” (entendido como “*modo de organização e gestão coletiva onde todos os membros, individualmente, se consideram socialmente iguais*”) (Quijano, 2002).

Reconhecendo as especificidades do mercado de trabalho latino-americano e, sobretudo, uma de suas principais características, a heterogeneidade, Quijano nos mostra que, mediante a incapacidade do sistema capitalista de absorver parte da mão-de-obra, formas não-salariais tendem a se reproduzir como no passado, no entanto, em articulação com o “*grande capital*”. O autor reconhece a existência de um setor relativamente amplo da economia que não funciona nos moldes do sistema capitalista tradicional (troca de força de trabalho por salários no mercado) e que se organiza sob formas comunitárias de controle e gestão dos meios de produção.

Por fim, não menos importante, no Brasil, **Paul Singer** é um dos mais reconhecidos e respeitados nomes no âmbito da Economia Social e Solidária. O autor defende as cooperativas “autênticas” como forma de combate ao desemprego e preconiza a ideia de que a Economia Social e Solidária é uma forma de geração de renda a partir de espaços alternativos de mercado e que contempla um projeto em construção não só como meio de “*ganhar a vida*” e reintegrar-se à divisão do trabalho, mas como um projeto de transformação e revolução sociais.

Em sua visão, Economia Social e Solidária “*não é uma receita que se aplica, dá certo e o sujeito já pode esquecer*”, mas uma “*luta contínua*” contra a “*propensão à degeneração*”. Outro aspecto fundamental reside na questão da autogestão dos empreendimentos que devem basear-se na igualdade e na democracia. Para Singer (1997), é possível organizar a produção sem ser necessariamente pelo “*molde do grande capital*” (p.9). Para tal, ele defende as cooperativas de produção e de consumo e de outras formas de organização econômica que contemplam a Economia Social e Solidária, onde a “*ideia básica é, mediante a solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos, assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal e contábil*” (p.10).

No Brasil, Paul Singer foi um dos grandes responsáveis pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES¹³), que se encontra atualmente inserida, no governo federal, no Ministério do Trabalho e Emprego¹⁴.

O quadro a seguir sintetiza as principais contribuições dos autores apresentados acima.

Quadro 4 – Economia Social e Solidária e as contribuições dos autores latino-americanos

1. **Coraggio:** conexão da Economia Social e Solidária com a importância de criação de redes que articulem, comuniquem e dinamizem a multiplicidade de empreendimentos e micro-redes populares;
2. **Razeto:** conexão da Economia Social e Solidária com a possibilidade de emergência de uma nova sociedade com base na solidariedade (esta, elemento ético-fundador e preponderante) e numa mudança estrutural de baixo-para-cima;
3. **Quijano:** conexão da Economia Social e Solidária com a ideia de reciprocidade e de comunidade;
4. **Singer:** conexão da Economia Social e Solidária com a necessidade de luta contínua e de importância das cooperativas autênticas, orientadas a partir da autogestão dos empreendimentos, da igualdade e da democracia.

Após esta apresentação dos quatro autores expoentes da Economia Social e Solidária na América Latina e Caribe, bem como de suas contribuições teórico-conceituais, cabe

¹³ <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>

¹⁴ Este tema será retomado posteriormente.

expor algumas informações práticas de algumas experiências de Economia Social e Solidária na região.

3. Economia Social e Solidária na América Latina e Caribe na prática

3.1. Algumas experiências e estado da arte

Na América Latina e Caribe¹⁵, segundo Coraggio (2008), vive-se um processo de criação de uma pluralidade de formas de Economia Social e Solidária, com base em nossa história e especificidades socioeconômicas. De fato, nesta região, há um número crescente de literatura abordando a existência e a importância da Economia Social e Solidária, bem como suas diversas ações práticas. Mais recentemente, parte dela nos chama a atenção ao papel que a Economia Social e Solidária vem adquirindo como questão de políticas governamentais elaboradas como mecanismo de enfrentamento do desemprego, da pobreza, da exclusão social e da desigualdade; características estruturais da região.

Na **Argentina**, as políticas relativas à Economia Social e Solidária, bem como os instrumentos desenvolvidos, refletem as transformações verificadas no alcance e no desempenho dos órgãos que regulam o setor¹⁶. A partir de 2003, para se ter uma ideia, nota-se um crescente número de programas para estimular a Economia Social e Solidária e também de iniciativas, por parte do setor público, de fortalecimento das estruturas representativas de seus movimentos (Vuotto, 2010).

Em 2000, foi criado o *Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social* (INAES), organismo descentralizado do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento das cooperativas e das mutualidades em todo o país. Cada província possui um órgão local que constitui a principal base territorial para o desenvolvimento das políticas de promoção e fiscalização de cooperativas conveniadas ao INAES.

Dentre as principais atividades de apoio, enquadradas como “*Compromisso pela Economía Social*” e tidas como políticas setoriais de Economia Social e Solidária estão: a) sistema de assistência técnica territorial: de abrangência nacional, que oferece apoio e assistência técnica (planos de capacitação e promoção de atividades) em busca da sustentabilidade dos projetos e da regularização da condição jurídica dos grupos pré – cooperativos, visando facilitar e concretizar a entrada no setor; b) programa de ajuda financeira: instrumento de promoção dirigido ao financiamento de projetos de desenvolvimento cooperativo ou mutual, a partir da concessão de subsídios ou de empréstimos com taxas subsidiadas de acordo com suas finalidades; c) programa de educação e capacitação: pretende difundir o sistema cooperativo e mutual na população

¹⁵ É válido registrar que, evidentemente, apenas algumas experiências serão apresentadas, por conhecimento ou pelo acesso às informações. É sabido, inclusive, que muitas experiências em vigor na região, nem mesmo estão sistematizadas ou registradas.

¹⁶ Tal fato se comprova com a frase de Dra. Alicia Kirchner, Ministra de Desenvolvimento Social (2014): “*Promovemos a Economía Social porque gera trabalho genuíno, maior inclusão social e melhor qualidade de vida. Estamos convencidos que um comércio justo e outra economia são possíveis*”. Disponível em: [http://www.desarrollosocial.gob.ar/Uploads/i1/Econom%C3%ADa%20Social%20\(folleto\).pdf](http://www.desarrollosocial.gob.ar/Uploads/i1/Econom%C3%ADa%20Social%20(folleto).pdf)

em geral e capacitar dirigentes destas instituições, bem como funcionários de órgãos locais competentes e autoridades municipais. Este programa orienta-se também para a formação de instrutores, apresentado-lhes ferramentas conceituais e práticas para o desenvolvimento da participação e colaboração em suas organizações (Vuotto, 2010).

Vale também mencionar que, além destes programas e atividades de apoio, as ações governamentais se estendem, a partir dos recursos disponibilizados pela “*Lei no. 23.427*”, de criação de um fundo para educação e promoção cooperativa, para o fomento da economia solidária priorizando a execução de programas com maior incidência de indivíduos vulneráveis. Para este grupo, é sugerida a criação de cooperativas de trabalho associado como instrumento de inclusão social e resposta ao desemprego, à informalidade e à precarização laboral. Dentre as principais ações, podem citar-se os programas de concessão de linhas de crédito especiais, negociadas com entidades financeiras e contempladas no programa “*Compre Economia Solidária*”.

Pela via das políticas territoriais de Economia Social e Solidária, é interessante citar o “*Plano Nacional de Desenvolvimento Local e Economia Social*”, intitulado “*Manos a La Obra*”, cuja implementação, coordenação e supervisão estão a cargo da Secretaria de Políticas Sociais do MDS. Este programa tem como objetivo apoiar iniciativas de desenvolvimento socioeconômico local de setores com poucos recursos, visando a melhoria de renda desta população. Dentre as principais ferramentas estão o apoio econômico e financeiro dos empreendimentos produtivos e comunitários que apresentem viabilidade e sustentabilidade; o fortalecimento institucional aos conselhos consultivos, espaços associativos e organizações da sociedade civil e assistência técnica e capacitação aos seus participantes.

Na **Bolívia**, as forças de iniciativas locais podem oferecer alternativas às formas convencionais de alívio à pobreza. Neste país, desde a Reforma Constitucional de Evo Morales (2009), a Economia Social e Solidária tem ganhado força e facilitado a participação de pessoas normalmente excluídas devido à idade, gênero ou incapacidade física. Nesse sentido, a Economia Social e Solidária oferece vantagens e oportunidades, sobretudo a estes grupos, e fomentam o trabalho associativo, colaborativo, comunitário e também remunerado, através do estabelecimento de redes sociais.

As atividades, programas e projetos da Economia Social e Solidária na Bolívia estão a cargo do seu Ministério de Desenvolvimento Produtivo e Economia Plural. O *Movimento de Economia Solidária e Comércio Justo* do país relata que, nos últimos anos, vem impulsionando o seu trabalho porque atualmente o novo Estado Plurinacional está desenvolvendo um “*profundo processo de transformação estrutural econômico, social, político e cultural, orientado a eliminar toda forma de discriminação e pobreza*” (Berdan, 2010, p. 1). Para este autor, as mudanças registradas na Bolívia são o resultado de uma longa luta dos movimentos sociais, onde se destaca o trabalho impulsionado pelas organizações de mulheres produtoras e homens produtores de todo o país. Neste cenário, o Movimento da Economia Solidária e do Comércio Justo têm impulsionado uma estratégia que está permitindo incidir neste tipo de políticas. É dessa forma que, desde 2010-2011, o Ministério de Desenvolvimento Produtivo e Economia Plural trabalha para estabelecer um acordo pela criação de uma Unidade ou Vice-Ministério de Economia Solidária e Comércio Justo.

No **Brasil**, as políticas públicas de Economia Social e Solidária ganharam espaço com a criação da já mencionada *Secretaria Nacional de Economia Solidária* (SENAES), em 2003; órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal. No

entanto, vale frisar que a SENAES tem sua gênese na história de mobilização e articulação do movimento da economia solidária existente no país desde 1980, mas que se constitui a partir do espaço de discussão e articulação nacional que começou a ser formado durante as atividades do *I Fórum Social Mundial*, realizado em 2001, na cidade brasileira de Porto Alegre.

Durante a organização das atividades do *III Fórum Social Mundial*, e face a uma conjuntura que apontava para a eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República, um grupo de trabalho associado ao movimento programou a realização de uma reunião nacional ampliada para discutir o papel da economia solidária no futuro governo. Essa reunião foi realizada em novembro de 2002 e nela decidiu-se elaborar uma Carta para o Presidente eleito, sugerindo a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Outro momento importante, refere-se à criação de um *Fórum Brasileiro de Economia Solidária* – (FBES)¹⁷, que possibilitou o início do debate e aprofundamento de uma plataforma política para o fortalecimento da economia solidária no Brasil. Trata-se de um conjunto de prioridades relacionadas às finanças solidárias, ao marco jurídico para os empreendimentos econômicos solidários, à formação e à educação, às redes de produção, comercialização e consumo, à democratização do conhecimento e da tecnologia e à organização social de economia solidária. O FBES passou a ter o papel de interlocutor com a SENAES, no sentido de apresentar demandas, sugerir políticas e acompanhar a execução das políticas públicas de economia solidária.

Neste cenário, ganhou força o “*Programa Economia Solidária em Desenvolvimento*”, que marcou a introdução de políticas públicas específicas para a economia solidária em âmbito nacional¹⁸.

Nesta perspectiva, é interessante citar o programa “*Brasil Local*”, voltado para a geração de trabalho e renda por meio da Economia Social e Solidária, a partir do fomento a organizações de empreendimentos geridos pelos próprios trabalhadores, facilitando o acesso a políticas públicas de incentivo, como capacitação, crédito comunitário, equipamentos, etc. O programa é destinado aos setores mais vulneráveis

¹⁷ <http://www.fb.es.org.br/>

¹⁸ Atualmente, a SENAES prioriza como políticas públicas no setor, as seguintes áreas de atuação: Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário; Fomento a Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários; Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária; Centros de Formação em Economia Solidária; Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários; Feiras em Rede de Economia Solidária e Agricultura Familiar; Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; Centros Públicos de Economia Solidária; Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para manutenção e Ampliação do Sistema de Informação em Economia Solidária; Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão; Desenvolvimento e Disseminação de conhecimentos e Tecnologias Sociais apropriadas à Economia Solidária e Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários.

das áreas rurais e urbanas, com foco nas mulheres, jovens, povos tradicionais e beneficiários de programas de transferência de renda.

No momento atual, a luta da SENAES é pela institucionalização da Economia Social e Solidária¹⁹, tida como uma das estratégias principais para consolidar o tema na agenda política das três esferas de governo, de modo a garantir sua permanência como políticas de Estado e não somente como políticas de governo. Tal estratégia é também entendida como união de esforços governamentais, cujo efeito amplificador na implantação de políticas públicas específicas para a Economia Social e Solidária, incluindo a promulgação de leis municipais e estaduais e a criação de órgãos dentro dos governos locais e estaduais, é de bastante relevância.

A institucionalização é fundamental para a garantia e a ampliação de recursos para o financiamento de suas políticas. Conforme consta nos *Relatórios Anuais de Gestão da SENAES-MTE (Governo Federal do Brasil, 2011)*²⁰, que analisou 8 anos das ações da SENAES, os recursos ainda são insuficientes (inclusive em relação ao tamanho e à complexidade que a Economia Social e Solidária adquiriu no país), além do fato da elevada “burocratização” imposta a partir da adoção de um novo Sistema de Gestão de Convênios (SICONV), em âmbito federal, que complexificou o acesso aos recursos públicos²¹.

Atualmente, o “*Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária*”²² possui metas e iniciativas para o período 2012-2015. Seus objetivos se direcionam a dois campos, a saber: a) fomentar e fortalecer os empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário e b) fortalecer a institucionalidade da Política Nacional de Economia Social e Solidária, bem como a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Para o período em questão (2012-2015) há também um Programa específico ao segmento dos resíduos sólidos²³, com o objetivo de amplificar a capacidade organizativa e produtiva do segmento dos catadores, conferir maior capacidade técnica e de gestão aos empreendimentos econômicos coletivos e solidários já existentes e

¹⁹ Sobre o tema, é importante mencionar que, no momento (2014), há no país, a *Campanha pela Lei da Economia Solidária*. O objetivo da Campanha é conseguir criar a primeira lei brasileira que reconheça o direito ao trabalho associado e apoie as iniciativas da economia solidária, dando espaço para as pessoas poderem se organizar em cooperação, com justiça e preservação ambiental. Também, encontra-se em tramitação, o Projeto de Lei 4685, de 2012, que institui a Política Nacional de Economia Solidária, além de criar o Fundo Nacional de Economia Solidária no Brasil. Informações adicionais em: <http://cirandas.net/leidaecosol>

²⁰ BRASIL. MTE/SENAES. *Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal: 2003 – 2010. Relatório Parcial*. Brasília, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Outubro de 2011.

²¹ Para uma análise mais detalhada ver: Moraes (2013), capítulo 5.

²² <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/programa-economia-solidaria-em-desenvolvimento/>

²³ <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/programa-economia-solidaria-em-desenvolvimento/>

disponibilizar meios técnicos e financeiros para fomentar a organização e formalização de novos empreendimentos por meio de formação, assessoria técnica e estruturação de unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos sólidos. As metas deste programa são: a) capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores; b) fomento e fortalecimento de 500 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem; c) incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores e e) viabilizar infraestrutura para 280 mil catadores.

Na **Colômbia**, a *Lei 454 de 1998* introduziu notáveis transformações nas relações entre o Estado e a Economia Social e Solidária, sobretudo no que diz respeito às funções da nova “*Superintendencia da Economia Solidária*” como entidade reguladora das diferentes atividades realizadas pelas organizações que a compõe (Davila & Medina, 2010).

No âmbito das cooperativas de trabalho associado, é válido mencionar que a partir de 2006, o *Decreto 4588* regulamentou a organização e funcionamento das cooperativas e pré-cooperativas de trabalho associado, bem como derogou o *Decreto 468* de 1990. Isto significou algumas alterações nas organizações representativas do setor cooperativo, que passou a atuar juntamente com a Presidência da República, com o *Ministério da Proteção Social e com a Superintendencia da Economia Solidária*²⁴, visando mais precisão frente aos aspectos que contemplam a nova normativa, reconhecendo e enfrentando algumas dificuldades práticas, além de um maior estreitamento com a realidade destas cooperativas.

Cabe também mencionar que tem se desenvolvido no país um processo de “*concertação*” entre o setor cooperativo e o Governo, no sentido de reativar o “*Coopdesarrollo*”, entidade cooperativa, de caráter financeiro, que se fundiu com a “*Coopcentral*”, outra entidade cooperativa financeira. Esta fusão, que criou uma nova entidade cooperativa financeira presta serviços como “*Caja Central*” de liquidez, intermediação financeira, assessoria e consultoria em gestão. Ela funciona a partir de uma rede tecnológica própria que unificou o sistema financeiro cooperativo, visando impactos positivos em termos de competitividade do setor.

Outra ferramenta de política pública que merece ser mencionada no caso colombiano diz respeito ao programa “*Banca de Oportunidades*”²⁵. O programa visa promover o acesso ao crédito para cidadãos com poucos recursos financeiros, buscando promover a equidade social. Este programa atingiu determinadas regiões do país que não possuíam instituições financeiras. Em dezembro de 2013, o Banco realizou o 1º Fórum Latino-americano de Grupos de Poupança e Crédito Local, em Bogotá, contando com a participação de mais de 300 pessoas da região²⁶.

Vale também registrar o “*Plano Decenal de Educação*”, que mirando o setor cooperativo, defende o tema “*Educação em e para a paz, a convivência e a cidadania*”. Neste programa, foram estabelecidos mecanismos de participação nos quais os setores

²⁴ <http://www.supersolidaria.gov.co/es/normativa>

²⁵ <http://www.bancadelasoportunidades.gov.co/>

²⁶ Informações adicionais, consultar:

<http://www.bancadelasoportunidades.gov.co/contenido/contenido.aspx?catID=1&conID=1101>

produtivos e solidários se comprometem com a construção, desenvolvimento e acompanhamento de processos de formação de cidadãos em situação de exclusão social e de trabalhadores autônomos interessados.

Em **Cuba**, a primeira Lei referente à Economia Social e Solidária, é de 1982, data de aprovação da Lei de Cooperativas Agropecuárias, embora existissem cooperativas sem o devido reconhecimento legal, como as cooperativas de créditos e de serviços e as cooperativas de consumo de produtores (Harnecker, 2012). Mais recentemente, o processo de redução do emprego no setor estatal iniciado em 2010 gerou oportunidades para o desenvolvimento da Economia Social e Solidária, sobretudo em cooperativas. Para estas, do ponto de vista jurídico, uma mudança significativa ocorreu no reconhecimento legal de cooperativas em outros setores da atividade econômica, que não somente o agropecuário (como as cooperativas de bens e serviços, incluindo os profissionais). Estas transformações constam no “*Proyecto de Lineamientos de la Política Económica y Social*”²⁷, documento que guiará a atualização do modelo econômico cubano. Este documento menciona as cooperativas como uma das formas empresariais não estatais de importância para o novo modelo, inclusive, como meio de incremento da produção e da produtividade no país.

Em 2010, de acordo com a Oficina Nacional de Estatísticas de Cuba, havia no país mais de 6 mil cooperativas, com 580 mil associados, que representavam quase 12% do emprego total e 75% do total de terra cultivável. Além do que, estima-se que as cooperativas produziram 77% da produção agrícola do país. Embora apresentem alguns desafios, as cooperativas oferecem empregos estáveis aos seus membros, satisfazem suas necessidades básicas e contribuem para o desenvolvimento das localidades em que estão presentes, uma vez que auxiliam na construção de casas, redes de abastecimento de serviços e de bens sociais. Além do que, conforme reconhecido por autoridades governamentais, as cooperativas e as associações de trabalhadores devem ter um tratamento diferencial (impostos, acesso ao crédito, subsídios, etc.), uma vez que constituem formas de trabalho e de produção mais “socializadas” e que contribuem para a redução da concentração da riqueza (Harnecker, 2012).

No **Equador**, a Constituição de 1998 vinculou a economia aos princípios de eficiência, solidariedade, sustentabilidade e qualidade. Parte dos recursos públicos disponibilizados é direcionado para garantir a proteção dos camponeses e dos pequenos agricultores.

Para José Luis Coraggio, em entrevista ao programa “*O poder da palavra*”, de *Ecuadormediato*, no ano de 2010²⁸: “*Equador é um lugar exemplar porque os movimentos sociais obtiveram êxito em inserir na Constituição estes temas; é a única Constituição que menciona algo tão forte como o princípio de que o sistema econômico tem que ser social e solidário*”.

Nesta perspectiva, no Equador, em setembro de 2008, foi adotada uma nova Constituição, de base popular e comunitária, onde o povo e a vida ocupam lugar ainda mais importante na condução das políticas do país. Estabeleceu-se, portanto, a ideia do “bem-viver”, enfatizando os princípios de igualdade, democracia, diversidade, soberania nacional, alimentar, energética e financeira.

²⁷ Este documento pode ser acessado em: WWW.granma.cubaweb.cu

²⁸ Entrevista acessada em: WWW.ecuadormediato.com

No país, o *Minsiterio de Inclusión Económica y Social* (MIES²⁹), com a missão de promover e fomentar a inclusão econômica e social da população, realiza atividades, programas e ações na área da Economia Social e Solidária, como mecanismo para que os cidadãos participem da vida social, política, econômica e cultural de suas comunidades. Mais especificamente, dentro do Ministério, o *Instituto Nacional de Economía Popular y Solidaria*³⁰ realiza os projetos para a geração de oportunidades e fortalecimento das capacidades para a inclusão econômica e social de pessoas, grupos e organizações sociais.

Em 2011, foi lançado o programa “*Tecendo o Desenvolvimento*”, com o intuito de incluir os pequenos e médios artesãos na confecção de uniformes escolares para as escolas públicas da província de Chimborazo. O programa foi idealizado e organizado, além de ser também acompanhado pelo *Instituto Nacional de Economía Popular y Solidaria* que também facilita o acesso ao crédito para estes empreendimentos.

No **México**, a Economia Social e Solidária é denominada de “*sector social*” e se refere aos trabalhadores que exercem suas atividades de forma associativa, comunitária, coletiva ou cooperativa, sejam formalizados ou não. Neste país o avanço da Economia Social e Solidária se deu a partir de uma Lei Federal de 2004 que abrange a promoção de atividades conduzidas pelas organizações da sociedade civil que possuam como objetivo o desenvolvimento do país.

Salienta-se também a existência da “*União Integradora de Organizações Solidárias e Economía Social*” – (UNIMOSS)³¹, que é composta por organizações de Economia Social e Solidária, e na qual a participação tem um caráter voluntário e colaborativo. Todas as ações são guiadas pela ideia de uma “*estratégia geral de desenvolvimento econômico e social*” de redes que estão distribuídas em todo o território nacional.

Alguns dos objetivos da UNIMOSS são: apoiar e desenvolver ações que contribuam ao desenvolvimento do capital humano, social, material e cultural das comunidades; trabalhar pela inclusão de setores mais vulneráveis; promover a economia social e produtiva como alternativa econômica; promover a formação, capacitação e assistência técnica; assessorar, promover e implementar a transferência de tecnologia; promover e impulsionar a organização social e comunitária; promover e estabelecer uma rede social de intermediários financeiros, dentre outros.

Como principais avanços, a UNIMOSS destaca as mais de 5 mil empresas rurais filiadas; a criação de 200 empresas integradoras de caráter regional que estão aumentando o valor agregado de seus produtos; a formação de uma empresa social de capitalização nacional, com mais de 150 empresas rurais, com sucursais em todas as entidades federativas e a criação de uma rede nacional de comercialização.

Do ponto de vista das políticas públicas e das atividades para incentivar a Economia Social e Solidária, vale mencionar que estas são mais direcionadas ao âmbito rural e desenvolvidas pelo *Conselho Mexicano para o Desenvolvimento Rural Sustentável*. Em 2007, aprovou-se a última reforma da *Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável*³², que

²⁹ WWW.mies.gov.ec

³⁰ WWW.ieps.gov.ec

³¹ WWW.unimoss.org

³² WWW.cmdrs.gov/marcolegal/ldrs.pdf

pugna pelo desenvolvimento rural com sustentabilidade, incluindo o planejamento e a organização da produção agropecuária, sua industrialização e comercialização. O objetivo desta lei é incorporar e permitir o acesso às comunidades e suas organizações ou associações de caráter nacional, estatal, regional, distrital, municipal e comunitário por parte de pequenos produtores do meio rural.

Na **Venezuela** pode-se encontrar uma série de iniciativas comunitárias e de base, alicerçadas pelo “*desenvolvimento endógeno*”. Estas iniciativas estão apoiadas em uma legislação que fortalece as transformações sociais do país. Esta legislação é designada por “*Lei da Economia Popular*”, e baseia-se em princípios de economia de base e solidária, na governança local e em instituições públicas que dão suporte ao desenvolvimento de cooperativas e pequenas empresas. Tal legislação defende a ideia da integração do potencial econômico, social e cultural em prol da autonomia local e geração de redes de colaboração entre as atividades produtivas e de consumo.

Na verdade, a Constituição Bolivariana de 1999, em seu artigo 236, introduziu novas formas de organizações socioprodutivas que poderiam emergir de iniciativas comunitárias e receber apoio financeiro e técnico por parte do Estado. No entanto, até 2008 não havia uma lei específica, com definições legais (marcos regulatório e legal) para estas organizações socioprodutivas. Assim, um dos principais objetivos desta Lei foi regulamentar as atividades da economia popular, oferecendo aos participantes, ferramentas para o desenvolvimento destas iniciativas e de práticas sociais em prol do desenvolvimento econômico como sistema integrador, além de fortalecer os projetos sociais e produtivos das diferentes comunidades do país (Ullrich, 2010).

Com base nos *Núcleos de Desenvolvimento Endógeno* (NUDES), a ideia básica é a criação de novas cooperativas, fundadas com o apoio de programas governamentais e a possibilidade de integração entre elas, numa rede de produtores locais, regionais e nacionais a partir dos *Grupos de Trocas Solidárias*. Estas cooperativas são incentivadas à obtenção de lucro, desde que os mesmos sejam reinvestidos nas comunidades e ou nos negócios cooperativos e sociais (Azzelini, 2012).

Como ações práticas resultantes da implementação desta Lei, estão a criação do “*Banmujer*”³³, do Instituto para o Desenvolvimento Rural, e do Instituto para a Educação Cooperativa. Todo o suporte governamental para a formação de cooperativas centra-se na ideia de integração e de redes de colaboração, bem como na inserção de grupos mais vulneráveis, em termos de renda, de trabalho e de educação. Como exemplo, cita-se a cooperativa “*Pastores de Aldeia*” que se conecta com as novas cooperativas de pequena produção de vestuários e de transportes e que, de forma coletiva, organizam desde a produção à distribuição de seus produtos.

Com o intuito de sistematizar, de forma sintética, as informações acima descritas, segue o Quadro abaixo, com a menção das principais experiências de ESS tratadas anteriormente.

³³ Banco de Desenvolvimento da Mulher (<http://www.minmujer.gob.ve/banmujer/>).

Quadro 5 - Sistematização de experiências de Economia Social e Solidária na América Latina e Caribe

Regiões/Países	Programas/Organizações públicas e privadas /Programas /Experiências
Argentina	Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social Ministério de Desenvolvimento Social Compromisso pela Economia Social e Solidária Compre Economia Solidária <i>Manos a La Obra</i>
Bolívia	Ministério de Desenvolvimento Produtivo e Economia Plural Movimento de Economia Solidária e Comércio Justo
Brasil	Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES Fórum Social Mundial Fórum Brasileiro de Economia Solidária Programa Economia Solidária em Desenvolvimento Programa “Brasil Local” Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e ESOL
Colômbia	Superintendência da Economia Solidária <i>Coopdesarrollo</i> <i>Coopcentral</i> Banca de Oportunidades
Cuba	Proyecto de Lineamientos de la Política Económica y Social
Equador	Constituição de 1998 e de 2008 Ministério de Inclusão Econômica e Social Instituto Nacional de Economía Popular e Solidária
México	União Integradora de Organizações Solidárias e Economia Social Conselho Mexicano para o Desenvolvimento Rural Sustentável Lei do Desenvolvimento Rural Sustentável
Venezuela	Lei da Economia Popular Núcleos de Desenvolvimento Endógeno (NUDES) <i>Banmujer</i> Instituto para a Educação Cooperativa <i>Pastores de Aldeia</i> Grupos de Trocas Solidárias

3.2 Redes de Economia Social e Solidária na região

Além das experiências mencionadas, vale registrar a existência de algumas redes criadas na região. Estas redes comprovam que atuar de forma participativa e recíproca pode contribuir para o enfrentamento de dificuldades cotidianas e para o fortalecimento das atividades dos empreendimentos econômicos solidários. A troca de experiências e-ou o apoio aos atores da Economia Social e Solidária (estrutura de financiamento, apoio jurídico, conexão de mercados, etc.), no contexto da cooperação entre os países da região, é um caminho que vem sendo traçado e já aponta para alguns resultados positivos, bem como para a importância em fortalecê-las.

Um exemplo, dentre outros, é a *Cadeia Solidária Binacional do PET*, envolvendo o Brasil e o Uruguai, que teve início a partir do intercâmbio entre estes países, apoiado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul (*Secretaria de Economia Solidária e de Apoio à Micro e Pequena Empresa*³⁴) no Brasil e pelo Ministério de Relações Exteriores do Uruguai. O Acordo é fruto de uma proposta de formalização do **1º Termo de Cooperação Internacional** entre os dois países e envolve o beneficiamento de rejeitos plásticos (garrafas PET) e sua transformação em tecidos, a partir de cooperativas uruguaias e brasileiras, que abarcam diferentes partes do processo de produção. Isto permite uma conexão entre a produção, a distribuição e o consumo entre as cooperativas, garantindo mercado, com base nos ideais do comércio justo e das trocas solidárias. Com isso, muitas pessoas são beneficiadas por produzirem, sentirem-se úteis e por obterem renda; fato este que contribui para o desenvolvimento inclusivo e sustentável dos territórios onde estas experiências acontecem.

É neste cenário que a Cooperação Sul-sul, no âmbito da Economia Social e Solidária, se apresenta como um importante instrumento de fortalecimento para estas práticas, conforme se defende neste trabalho e retornaremos posteriormente.

As redes mapeadas foram:

- a) **Mercosul Solidário**³⁵: é uma plataforma de organizações da sociedade civil integrada por 17 ONGs da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, com cerca de 3 mil representantes que, desde 2003, desenvolvem estratégias a nível local, nacional e regional em prol dos direitos políticos, econômicos e sociais dos setores mais vulneráveis da sociedade. Esta rede tem como um de seus principais objetivos o fortalecimento da dimensão social no processo de integração no Mercosul, recuperando os laços históricos comuns, a diversidade cultural e a capacidade de mobilização das organizações e movimentos sociais da região.
- b) **Rede Latino-americana de Socioeconomía Solidária (LASES)**³⁶: é um espaço aberto de reflexão, formação e intercâmbio de experiências, que nasceu em 1999, como iniciativa de um grupo de impulsores da Rede de Trocas Solidárias da Argentina que considerou que: 1) em seus quatro primeiros anos de existência, os clubes de troca não puderam resolver nem o

³⁴ <http://www.sesampe.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=284>

³⁵ <http://mercosursocialsolidario.org/>

³⁶ WWW.redlases.org.ar

problema técnico da produção em escala, nem o problema político da gestão de um modelo de rede aberta e participativa; 2) a moeda social é uma estratégia suficientemente poderosa, que pode ser utilizada por outras iniciativas da Economia Solidária e desta combinação poderão aparecer respostas muito criativas e eficientes para enfrentar a exclusão social.

- c) **Rede de Investigadores Latino-americanos de Economia Social e Solidária (RILESS³⁷)**: é uma iniciativa conjunta da Cátedra Unesco (Trabalho e Sociedade Solidária, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS – Brasil) e da Universidade Nacional de General Sarmiento, da Argentina, com o apoio da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO, do Equador) e da Universidade Michoacana, do México. Esta rede se propõe a dar fundamento científico e prover bases empíricas para a reflexão e para as ações referentes ao desenvolvimento de formas de economia alternativa que vêm emergindo nas últimas duas décadas na América Latina. O seu objetivo é estimular a integração entre investigadores que trabalhem dentro de um marco plural, contribuindo para a elaboração de projetos, intercâmbios e diversas formas de cooperação científica, de modo a fortalecer as iniciativas coletivas que promovam uma economia alternativa na região.
- d) **Serviço de Gestão de Conhecimento para América Latina (ASOCAM³⁸)**: é uma parceria entre a Fundação Intercooperação América Latina e Helvetas Intercooperação Suíça e a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (COSUDE). Fornece serviços de apoio técnico às diversas instituições que trabalham o tema do desenvolvimento sustentável e inclusivo de comunidades na região. Opera, sobretudo, na modalidade de intercâmbio entre comunidades que promovam o desenvolvimento territorial, na perspectiva da Cooperação Sul-Sul.
- e) **Coordenação Latino-americana e do Caribe de Pequenos Produtores de Comércio Justo (CLAC³⁹)**: é uma rede formada por 25 organizações que trabalham para garantir uma relação mais justa com os produtores da região, com o auxílio de especialistas sediados em Bona, na Alemanha, que discutem critérios de Comércio Justo e proporcionam apoio a organizações produtoras certificadas. Incentivam a produção, apoiam na comercialização e disseminam os valores solidários, com base, inclusive, na sustentabilidade da área em que atuam. Constitui-se, portanto, uma rede de pequenos produtores rurais, democraticamente organizados com o objetivo de fortalecer as suas organizações de base, a partir da democracia e participação, da solidariedade, da equidade, do respeito e da transparência
- f) **Observatório Ibero-americano de Emprego e Economia Social e Cooperativa (OIBESCOOP⁴⁰)**: é uma rede criada com o apoio do Instituto Universitário de Economia Social e Cooperativa da Universidade de Valência, da Fundação Ibero-americana de Economia Social (FUNDIBES), do CIRIEC-Espanha e da Universidade do Chile. Tem o objetivo de

³⁷ <http://riless.org/pt/>

³⁸ <http://www.asocam.org/portal/node/32643>

³⁹ <http://www.fairtrade.net>

⁴⁰ www.oibescoop.org

sistematizar e socializar informações que contribuam para a geração de emprego, trabalho e renda, de forma inclusiva e sustentável. Apóia e dissemina diversos estudos nos respectivos países que contemplem a temática referente à economia Social e Solidária. O Observatório apresenta informações, para todos os países integrantes, em temas como legislação, políticas públicas de emprego, organizações representativas, estudos e pesquisas e boas práticas, além da divulgação de notícias e eventos na região.

- g) Projeto Esperança (Cooesperança⁴¹):** é um projeto que se iniciou na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, a partir da Diocese de Santa Maria, da Universidade Federal de Santa Maria e da Cáritas Regional. A partir de reflexões entre estas instituições, criou-se o “*Modelo Caridade-Libertadora*”, através dos PACS – Projetos Alternativos Comunitários, com base na economia popular e solidária, tendo como lema “Reinvenção da Economia”. Os principais elementos constitutivos são: solidariedade, geração de trabalho e renda, organização associativa, cooperativada e autogestão. A *Cooesperança* é o “produto” deste projeto, e se refere à *Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos* que atua como uma central que congrega e articula os grupos organizados, viabilizando a comercialização direta dos produtos produzidos pelos empreendimentos econômicos solidários do campo e da cidade. Ao longo dos últimos 20 anos, a *Cooesperança* realizou diversos encontros na América Latina e as Feiras de Economia Solidária do Mercosul, além de participar ativamente em cinco edições do Fórum Social Mundial, promovendo a Economia Social e Solidária. Esta experiência motivou a organização de muitos grupos e feiras em países da região, de empreendimentos e organizações que atuam em rede.

Conforme se verificou, há inúmeras experiências que demonstram que a Economia Social e Solidária constitui-se como um instrumento de geração de trabalho, emprego e renda para um número significativo de pessoas a nível mundial e contribui para o desenvolvimento local sustentável e inclusivo, levando em conta a transversalidade de suas experiências e ações.

No entanto, tais experiências são marcadas por desafios ligados ao seu *modus operandi*, que inviabilizam ou dificultam, em muitos casos, a sua continuidade e avanços. Tais desafios existem devido a inúmeros aspectos econômicos, tais como administrativos e de gestão, políticos, sociais, educacionais, culturais, científicos, tecnológicos, ambientais, jurídicos e contábeis (Neves, 2012). Além disso, há algumas restrições no que concerne à necessidade de se avançar em questões tais como o marco regulatório das políticas públicas de Economia Social e Solidária, da institucionalidade e do financiamento. Estas restrições significam entraves para o avanço da Economia Social e Solidária.

É neste cenário que a Cooperação Sul-Sul servirá como instrumento de fortalecimento da Economia Social e Solidária, uma vez que a troca de conhecimento e de saberes propiciará a melhoria das condições de funcionamento das experiências em outros lugares. Conforme já reconhecido em Amorim e Lagarde (2013, p. 29): “*o intercâmbio Sul-Sul está crescendo no campo da Economia Social e Solidária dado que a troca de*

⁴¹ <http://www.esperancacooesperanca.org.br/>

boas práticas entre os países em desenvolvimento é um meio importante para alcançar tal apropriação nacional neste campo”.

Nesta perspectiva, o tópico a seguir tratará da relação harmoniosa e necessária entre a Cooperação Sul-Sul e a Economia Social e Solidária.

4. Cooperação Sul-Sul e Economia Social e Solidária: relação harmoniosa e necessária

A Cooperação Sul-Sul é complementar às tradicionais relações Norte-Sul e incorpora a ideia de que, *“através de um espírito de solidariedade, os países em desenvolvimento podem fornecer soluções sustentáveis para os seus próprios problemas e com um custo menor”*. Desta forma, *“os esforços de cooperação Sul-Sul - incluindo a identificação de experiências bem sucedidas num país e a sua adaptação e aplicação em outro - é um complemento importante para a divulgação dos resultados do trabalho decente nos quatro objetivos estratégicos da OIT”*. Ao mesmo tempo, *“permite a formação de redes entre os países em desenvolvimento e os doadores tradicionais em esquemas triangulares que contribuem para uma globalização justa”*. Nesta perspectiva, entende-se que *“a OIT pode desempenhar um papel importante, não apenas como um canal de apoio, mas também como um meio para maximizar os recursos financeiros, logísticos e técnicos”* (Amorim, 2013, p.8).

Desta forma, a Cooperação Sul-Sul é vista, inclusive, como um importante meio para abordar os desafios enfrentados pelos países menos desenvolvidos, bem como para fortalecer as experiências de Economia Social e Solidária. Explícita e implicitamente, há alguns elementos constitutivos nas ideias e nas ações da Cooperação Sul-Sul que se conectam com os elementos constitutivos da Economia Social e Solidária, tais como:

Box 6 – Elementos constitutivos da Cooperação Sul-Sul no âmbito da OIT

- **Engloba iniciativas de âmbito social, econômico, ambiental, técnico e político;**
- **Manifestação de solidariedade;**
- **Parceria igualitária baseada na solidariedade, na partilha de conhecimentos e experiências e na formação e transferência de tecnologia;**
- **Tripartismo e a construção de consenso e cooperação entre os atores;**
- **Diálogo social;**
- **Interesse comum;**
- **Emerge a partir de uma demanda socioeconômica;**
- **Respeito da autonomia, peculiaridades e prioridades a nível nacional;**
- **Caráter de transversalidade de ações e objetivos;**
- **Cooperação entre os sindicatos e as universidades;**
- **Fortalecimento do conhecimento e da capacidade de pesquisa para intervenções em políticas e desenvolvimento organizacional;**
- **Contribuição ao desenvolvimento local sustentável e inclusivo**

Nesses termos, o foco inovador da Cooperação Sul-Sul e das suas propostas, está centrado, de um lado, na ideia de que o projeto de desenvolvimento deve ser construído de *“baixo para cima”* e, por outro lado, na existência de um *“pacto territorial”*, mediado e impulsionado pela articulação de atores-chave (governo, organizações de

produtores, cooperativas, sindicatos, associações empresariais, instituições educacionais e de pesquisa etc).

A Cooperação Sul-Sul permite um intercâmbio entre as diferentes formas em que a Economia Social e Solidária se manifesta nos respectivos territórios, contribuindo, além da geração de trabalho, emprego e renda, para o desenvolvimento econômico e social local. Isto porque os Empreendimentos Econômicos Solidários atuam com base na: a) valorização do trabalho, do saber, da criatividade, b) identificação do trabalho associado e da propriedade associativa dos meios de produção, com base na democracia, na solidariedade e na cooperação; c) gestão democrática dos empreendimentos pelos trabalhadores (autogestão) e d) construção de redes de colaboração solidária como forma de integração entre os diferentes Empreendimentos Econômicos Solidários.

Esta constatação encontra suporte em algumas das iniciativas propostas no âmbito da Cooperação Sul-Sul⁴², que contribuíram para mitigar os efeitos da atual crise, colocando o emprego e a proteção social no centro das políticas de recuperação, incluindo a identificação de modelos bem sucedidos nos países em desenvolvimento e a partilha destas experiências, colaborando, inclusive, com a Agenda do Trabalho Decente da OIT.

É neste cenário que a Cooperação Sul-Sul, conforme já mencionado, servirá como instrumento de fortalecimento da Economia Social e Solidária. Nesta perspectiva, cabe aqui relembrar dois importantes acontecimentos, que serviram (e ainda servem) como um rico espaço de conhecimento e de troca de experiências diversas entre os atores da Economia Social e Solidária (praticantes, pesquisadores, governos, representantes de instituições entre outros) em temas distintos que circundam a Economia Social e Solidária e a sua prática. São eles: a Academia Internacional de Economia Social e Solidária da OIT⁴³ e a Conferência sobre os Potenciais e os Limites da Economia Social e Solidária do UNRISD⁴⁴.

Desta forma, 2013 foi o ano em que os eventos de Agadir e de Genebra mostraram a potencialidade e a relevância da Cooperação Sul-Sul neste tema⁴⁵, reafirmando a sua eficácia para desenvolver novas redes e parcerias em apoio à Economia Social e Solidária, num contexto onde a convergência destas áreas temáticas constitui uma oportunidade estratégica da OIT. Também no ano de 2013, uma parceria entre o UNRISD e a OIT criou a **Força Tarefa** das Agências ONU (como a OIT, a UNRISD, a FAO, a UNESCO, etc.) para a Economia Social e Solidária⁴⁶.

Importante “produto” deste processo é a construção do *Ponto de Encontro para a Cooperação Sul-Sul em Economia Solidária*, que pode ser acessado

⁴² Com base no livro: Amorim (2013).

⁴³ <http://socialeconomy.itcilo.org/en>

⁴⁴

[http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/\(LookupAllDocumentsByUNID\)/5936F8772AFB3780C1257BBE0056F0F9?OpenDocument](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/(LookupAllDocumentsByUNID)/5936F8772AFB3780C1257BBE0056F0F9?OpenDocument)

⁴⁵ Sugere-se consultar a Newsletter da OIT, no. 37, maio de 2013, disponível em: WWW.ilo.org/pardev

⁴⁶ Para informações adicionais, consultar: <https://sseacb.wikispaces.com/file/view/Founding+Meeting+UN+IATF+on+SSE.pdf/459644694/Founding%20Meeting%20UN%20IATF%20on%20SSE.pdf>

em: <http://www.sstcsse.net>. O “**Ponto de Encontro**” é um espaço interativo no qual as pessoas de diferentes países podem partilhar opiniões e conhecimentos e cooperar no campo da Economia Social e Solidária dentro da perspectiva da Cooperação Sul-Sul. Seu principal objetivo é aumentar a conectividade direta e a interatividade entre as pessoas interessadas nesta proposta⁴⁷. Ele foi desenvolvido com o apoio do Departamento de Parcerias e Apoio de Campo da OIT (PARDEV) e da OIT Turim no âmbito da Academia de Economia Social e Solidária. A OIT construiu uma larga tradição e desenvolveu uma profunda experiência sobre empreendimentos e organizações de Economia Social e Solidária e entende que a Cooperação Sul-Sul pode ser uma ferramenta para a construção de redes continentais e intercontinentais no campo da Economia Social e Solidária.

Considerações finais

Face ao cenário de crises econômicas e financeiras em âmbito global, com impactos na América Latina e Caribe, bem como de dificuldades para a geração de trabalho, emprego e renda, é fundamental a discussão sobre as possibilidades de inserção socioeconômica, sobretudo para aqueles indivíduos em situação de exclusão social e de vulnerabilidade econômica. Nesta perspectiva, torna-se premente a necessidade de se discutir políticas integradas de desenvolvimento, que, de fato, propiciem um efetivo desenvolvimento inclusivo e sustentável e que contemplem uma maior participação dos atores sociais envolvidos.

A relação entre políticas integradas de desenvolvimento com a necessidade de maior participação social encontra espaço de atuação no campo da Economia Social e Solidária, visto que ela apresenta um caráter transversal, ou seja, pode mobilizar diferentes áreas da ação pública e social, conforme mostrado ao longo deste trabalho.

No entanto, na realidade atual, este caráter de transversalidade nos parece que ainda não é plenamente aproveitado tendo em vista o desafio de uma maior articulação entre os organismos do governo (e destes com o setor privado), em seus diferentes níveis, o que revela a necessidade de se avançar nesta direção, se, de fato, há o intuito de se pensar o desenvolvimento em seu sentido integrado.

Nesta perspectiva, acredita-se que a Economia Social e Solidária, bem como suas ações e desdobramentos, apontam para novos caminhos e para oportunidades efetivas de construção de novas formas de articulação de experiências inovadoras (algumas já em curso) de desenvolvimento a nível local, territorial, regional e nacional.

Ou seja, conforme se verificou através das experiências descritas, a Economia Social e Solidária constitui-se como um instrumento de geração de trabalho, emprego e renda para um número significativo de pessoas e contribui para o desenvolvimento local sustentável e inclusivo, levando em conta a transversalidade de suas experiências e ações. No entanto, tais experiências são marcadas por desafios ligados ao seu *modus operandi*, que inviabilizam ou dificultam, em muitos casos, a sua continuidade e avanços.

É neste cenário que a Cooperação Sul-Sul servirá como instrumento de fortalecimento da Economia Social e Solidária, uma vez que a troca de conhecimento e de saberes propiciará a melhoria das condições de funcionamento das experiências em outros

⁴⁷ Pode ser acessado em: <http://www.sstcsse.net/sobre>

lugares. A Cooperação Sul-Sul permite um intercâmbio entre as diferentes formas em que a Economia Social e Solidária se manifesta nos respectivos territórios, contribuindo, além da geração de trabalho, emprego e renda, para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Esta constatação encontra suporte em algumas das iniciativas propostas no âmbito da Cooperação Sul-Sul, que contribuíram para mitigar os efeitos da atual crise, colocando o emprego e a proteção social no centro das políticas de recuperação, incluindo a identificação de modelos bem sucedidos nos países em desenvolvimento e a partilha destas experiências, colaborando, inclusive, com a Agenda do Trabalho Decente da OIT.

Referências Bibliográficas

Amorim, Anita (Coord.). *Cooperação Sul-Sul e a OIT: Integração da Agenda do Trabalho Decente através da divulgação de boas práticas*. Genebra: OIT, 2013.

Azzelini, D. Economía solidaria en Venezuela: del apoyo ao cooperativismo tradicional a la construcción de ciclos comunales. In: Lianza, S.; Henriques, F. (orgs). *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012, p. 147-161. Disponível em: http://www.soltec.ufrj.br/images/PDFs/Livro_americalatina.pdf.

Berdan, C. Movimento de Economia Solidária e Comércio Justo da Bolívia. In: *Brasil Autogestionário*, Comunicado, 2010. Disponível em: <http://www.brasilautogestionario.org/>.

Governo Federal do Brasil. *Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal: 2003 – 2010*. Relatório Parcial. Brasília, Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Outubro de 2011.

Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). *Mudança estrutural para a igualdade: uma visão integrada de desenvolvimento*, 2012.

Confederação das Entidades para a Economia Social (CEPES). *Informe: La Economía Social española en la cooperación al desarrollo*. Espanha, 2011.

Coraggio, J.L. *Bases para una nueva generación de políticas socioeconómicas: la economía del trabajo o economía popular*. Presentación realizada en el Encuentro de Cultura y Socioeconomía Solidaria, PACS, Porto Alegre, 1997. Disponível em: <http://www.fronesis.org>

Coraggio, Jose. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: Kraychet, F.; Lara, F.; Costa, B. (orgs). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

Coraggio, Jose. *Sobrevivencia y otras estrategias en LAC: La perspectiva desde lo local*, 2003. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/sobrevivenciayotrasestrategias.pdf>.

Coraggio, Jose. *La Economía social y solidaria como estrategia de desarrollo en el contexto de la integración regional latinoamericana*. In: 3er Encuentro Latinoamericano de Economía Solidaria y Comercio Justo organizado por RIPPSS en

Montevideo, 22-24 octubre 2008. Disponível em:<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/ponencia_jlc.doc>.

Davila, R; Medina, F. Informe diagnóstico nacional de Colombia, Monzón, L (Dir). Economía Social y su impacto en la generación de empleo: claves para un desarrollo com equidad em America Latina. *FUNDIBES / IUDESCOOP*, p. 235-318, 2010.

Faria, Maurício; Sanchez, Fabio. A Economia Solidária no Governo federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. In: Benini, Édi, et al (orgs). *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p.413-442.

França Filho, Genauto. Economia popular e solidária no Brasil. In: França Filho, G.; Laville, J.L.; Medeiros, A.; Magnen, J. (Orgs). *Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006, p. 57-72.

Harnecker, C. Las cooperativas en Cuba: situación actual y perspectivas. In: Lianza, S.; Henriques, F. (orgs). *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012, p. 161-175. Disponível em: http://www.soltec.ufrj.br/images/PDFs/Livro_americalatina.pdf

Leite, Marcia. *A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades*. Trabalho elaborado no âmbito do projeto: A crise do trabalho e as novas formas de geração de emprego e renda. Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação, 2008.

Morais, Leandro; Borges, Adriano; Bacic, Miguel. *Social and solidarity economy, land development and new paradigms of production and consumption: is another development possible?* In: ANAIS do 28o. Congresso Internacional do Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre a Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC), Berlin, 2010 (CD ROM).

Morais, Leandro. 2013. *As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema*. Campinas: IE-UNICAMP (Tese de Doutorado).

Neves, Ednalva. *Fragilidades e contradições na utopia de uma outra economia*. In: ANAIS do 7o Congresso RULESCOOP, Espanha: Valência, 2012.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL); Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). *Perspectivas Econômicas de América Latina 2014: logística e competitividade para o desenvolvimento 2013*. Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/development/perspectivas-economicas-de-america-latina-2014/resumen-ejecutivo_leo-2014-5-es#page1

Organização Internacional do Trabalho (OIT). *Tendências mundiais do emprego juvenil*. Genebra: OIT, 2013.

Ortega, Antonio Cesar. *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas: Editora Alínea, 2008.

Poirier, Yvon. *The Origins and Development of the Concept 'Solidarity Economy'*. In: Asian Alliance of Solidarity Economy – Paper, 2010. (Disponível em :<<http://aa4se.com/>>).

Quijano, Anibal . Sistemas alternativos de produção. In: SOUZA SANTOS, B. (org). *Produzir para viver*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

Razeto, Luis. *Los caminos de la economía de la solidaridad*. Buenos Aires: LUMEN-HUMANITAS, 1997, 244 p.

Schiochet, Valmor. Políticas Públicas de Economia Solidária – breve trajetória e desafios. In: Benini, Édi, et al (orgs). *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p.443-452.

Singer, Paul. *Economia solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo*. In: Revista Proposta, no. 72, março – maio, 1997, p. 5-13.

Souza, Armando Lirio de. Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. In: *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Brasília: IPEA e MTE, no. 52, agosto de 2012, p. 63-70.

Ullrich, Jan. *The Development of Venezuela's Popular Economy*. Disponível em: <<http://www.greens.org/s-r/51/51-13.html>>, 2010.

Vuotto, Mirta. Informe diagnostico nacional de la República Argentina. In: MONZÒN, L (Dir). *Economía Social y su impacto en la generación de empleo: claves para un desarrollo com equidad em America Latina*. FUNDIBES / IUDESCOOP, 2010, p. 25-108.